

# A dependência que vem das idéias

Pág. A 3

DOMÉRIO NASSAR DE OLIVEIRA

ESTADO DE SÃO PAULO  
10 OUT 2002

**E** GRANDE o risco de permanecermos prisioneiros de um mito que parece justificar os descaminhos do Brasil. Sem formulações alternativas e constrangidos pela mídia que ainda reverbera os ecos do “*desenvolvimento único*”, os programas sociais, apesar de apresentados por alguns candidatos ainda se curvam à idéia de que os brasileiros precisam poupar para que o país possa crescer. Ironicamente, atrelam suas propostas a afirmações teóricas falaciosas, que precisam ser desmistificadas para que o país recupere sua auto-estima e possa destravar a prisão conceitual a que foi confinado.

O Brasil não precisa de poupança para financiar crescimento. Precisa, sim, de maior emissão e circulação de moeda que se vincule à geração de produto. Não há por que se alarmar com inflação se a gestão dessa moeda, dosando liquidez ao aumento da produção, for criativa e combinar estímulos ou desestímulos à sua expansão, através da maior ou menor concessão de empréstimos pelo sistema bancário aos diferentes setores econômicos que se queira sensibilizar.

A moeda em questão não é a moeda em papel ou metálica de emissão oficial, que sacamos dos bancos e carregamos no bolso. Essa moeda guarda relação estável com o PIB (2,5%), sendo pouco relevante para influenciar nossa macroeconomia. A moeda que interessa é aquela que movimentamos por meio dos cheques. Ou seja, a moeda escritural correspondente a 46% do PIB e composta por valores que são, na realidade, emitidos como arquivos eletrônicos pelos bancos, para só depois circularem na rede de seus computadores, em nossas contas de depósitos à vista ou a prazo.

Até sua extinção, essa moeda eletrônica muda de endereço entre contas de diferentes titulares, mas permanece sempre dentro do computador de algum banco dessa rede fechada em torno do computador do Banco Central. É essa massa monetária que precisa ser gerida de forma bem mais consciente, usando-se expedientes que regulem o acréscimo de seu volume e a frequência de sua cir-

## *O Brasil vem sendo engambelado e algemado a uma ilusória dependência de recursos preexistentes*

culação à esfera produtiva da economia, para que possa acelerar o crescimento.

Se abrirmos, então, uma janela ao pensamento, despolido idéias entulhadas pelas “teorias” que nos acometem-ram nos últimos anos, poderemos fazer uma leitura mais limpa da realidade da operação bancária atual e constatar, de forma tão simples quanto definitiva, que o sistema bancário não faz intermediação de recursos. É, antes de tudo, um sistema fechado de emissão de moeda eletrônica e de compensação recíproca de seus saques. Constatado esse fato, transparente a quem aceite depor a visseira das abordagens convencionais, vem a pergunta: Por que haveria necessidade de poupança para financiar investimentos, se a moeda eletrônica, passível de ser emitida ou de circular a qualquer tempo, permanece sempre interna à rede bancária?

Individualmente, os bancos precisam recapturar parte da moeda que lançam em circulação eletrônica. Mas, nessa recaptura, um depósito a prazo vale tanto quanto a conquista da carteira de cobrança ou da folha de pagamentos de uma empresa qualquer. Vale pelo direito de saque momentâneo que confere ao banco que o captura, contra os demais bancos do sistema de compensação. Como estes bancos estão em constante movimento de sucessivas compensações diárias e de cancelamentos de saques recíprocos, o que interessa a cada um é nivelar os saques que lhes são dirigidos contra os saques que dirigem aos demais. É basicamente disso que se ocupam suas tesourarias quando definem suas metas de captação diária.

E não poderia mesmo ser de outra forma. Se o sistema bancário fosse um me-  
ro intermediário de recursos, tomados de um lado para serem repassados a ou-  
tro, como querem nos fazer crer os que  
pregam a necessidade de poupança pa-  
ra prover investimentos, deparariamo-  
nos com o impasse lógico da depressão  
do faturamento, do lucro e dos salários  
das empresas cujos consumidores dre-  
nassem poder aquisitivo para compor a  
poupança proclamada.

Ou seja, a poupança dos consumido-  
res tenderia a ser anulada pela “despou-  
pança” decorrente da baixa de renda  
das empresas e de seus funcionários. E  
aí, como poderia haver crescimento, se  
ficariam comprometidos os investi-  
mentos pagos pelo faturamento das  
empresas, condicionado pelo consumo  
dos bens que produzem? Consumo e in-  
vestimento não se excluem. Afinal, não  
é óbvio que empresas precisam vender  
mais para lucrarem e investirem mais?

Poupança, nas diferentes formas fi-  
nanceiras e prazos que pode assumir,  
depende do estoque flutuante da moeda  
eletrônica. Pode ser meio para redirec-  
cionar a aplicação dessa moeda. Mas, se  
a política econômica não favorece a ex-  
pansão daquele estoque emitido pelo  
sistema bancário, conamar um país a  
poupar, além de irrelevante, faz lembrar  
a imagem circular do cachorro tentan-  
do morder o próprio rabo.

A síntese dessa história sobre a nec-  
essidade de poupança, tolice angular das  
idéias liberais, é uma só. O Brasil vem  
sendo engambelado e algemado a uma  
ilusória dependência de recursos preex-  
istentes por “teorias” de base falsa, re-  
cheadas de sofisticções inúteis, que só  
legitimam neutralidade e favorecimen-  
to ao sistema financeiro. Se avaliada  
com maior criatividade e independên-  
cia, poderia ser relegada ao plano das  
histórias da carochinha. Infelizmente  
não há indícios de que isso esteja acon-  
tecendo.

Domério Nassar de Oliveira, 46, economista, é  
diretor financeiro Companhia de Processamento  
de Dados do Município de São Paulo.